

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSAO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETARIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETARIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETARIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETARIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSAO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º. Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSAO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSAO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSAO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSAO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSAO DE POLICIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSAO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSAO DE REDACAO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélío Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSAO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

RESOLUÇÃO N. 14-72

Data: 16 de junho de 1.972.

Súmula: Aprova convenio celebrado em 1.10.71 entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convenio celebrado em 1.º de outubro de 1.971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 16 de junho de 1.972.

(a) — Wilson Fortes

RESOLUÇÃO N. 15-72

Data: 16 de junho de 1.972.

Súmula: Aprova convenio de ajuda financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11.5.71, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), para ser aplicado no setor de ensino da região.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio de Ajuda Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1.971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), destinados à aplicação no setor de ensino da região.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 16 de junho de 1.972.

(a) — Wilson Fortes

RESOLUÇÃO N. 16-72

Data: 16 de junho de 1.972.

Súmula: Aprova convenio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através da GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convenio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 16 de junho de 1.972.

(a) — Wilson Fortes

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 34.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de Junho de 1972
(Quinta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — Quielise Crisóstomo e Xenofonte Villanueva. (39); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Belinati — Domicio Scaramella — Basilio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Gilberto Carvalho — Muggiati Filho e Pinto Dias (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 50-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 201-70, de autoria do Sr. Deputado João Mansur, que transfere à responsabilidade do DER, para fins de conservação e melhoria, as estradas de São Mateus — Rebouças e Fluviópolis — Rio Claro do Sul — Malé. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 95.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Junho de 1972
(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Depu-

tados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — Quielise Crisóstomo e Xenofonte Villanueva. (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Belinati — Domicio Scaramella — Basilio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Gilberto Carvalho — Muggiati Filho e Pinto Dias. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.os 69, 71, 84 e 92-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.os:

222-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 25-7, que dispõe sobre a contribuição do Estado para o programa de formação do patrimônio do servidor público, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.278. — Agradeça-se.

280-71: Que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Gottardo Bottarelli, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.177. — Agradeça-se.

261-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 40-71, que objetiva autorizar o Poder Executivo a financiar os empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação do Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.281. — Agradeça-se.

5-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 1-72 que visa conceder o abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, aos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e aos integrantes da P.M.E., o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.279. — Agradeça-se.

278-71: Do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Fundação Eclesiástica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.280. — Agradeça-se.

80-72: Do Senhor Governador do Estado, comunicando a esta Casa haver vetado integralmente, o Projeto de Lei n.º:

9-72: De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que visava referendar a alienação de área de terras com 242.968 m2, situadas em "Morro Caieiras", município de Guaratuba. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa de publicação da redação final dos Projetos de Resolução n.os 10 e 11-72 e Projetos de Lei n.os 1.3-71, 145-71, 2.0-7-, 42-72, 49-72 e 60-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais, tendo em vista o apelo do Exmo. Sr. Governador do Estado formulado ao povo, agrupações sociais e representantes populares na ocasião em que deu publicidade ao seu Diagnóstico e Diretrizes, no sentido da cooperação na elaboração do plano de governo, requer a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, destinada a propor sugestões e medidas em nome deste Poder.

Ao gesto genuinamente democrático de V. Exa. tem esta Assembleia o dever irrecusável de corresponder através da estreita participação, que será o encargo essencial do órgão ora atendido.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.972.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Xenofonte Villanueva. (Pausa). Não se encontra presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mauricio Fruet. (Pausa). Não se encontrando presente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli. (Pausa). Não se encontrando presente o nobre Deputado, e não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 149-71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, que dá nova redação ao art. 356, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 72-72, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto, que doa, ao Aeroclube do Paraná, a aeronave tipo CESSNA 180 prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 83-72 de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dispõe sobre anistia fiscal aos contribuintes do I.C.M. como específica. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 16-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 112-72, aprova o Termo do Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estrado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 17-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 113-72, aprova Convenio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o D.E.R. e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando execução dos serviços de construção das vias de acesso a esta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 70-71, de autoria do Dep. Quielso Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 230-71, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Amado Alves de Miranda. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 255-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, fica criado o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã, com área territorial constituída pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. — Parecer favorável da C.C.J. — COM EMENDA. — Aprovado Projeto e Emenda, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 18-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), ao ex-Delegado de Polícia Alfredo Soares de Freitas. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 37-72 de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica denominado Grupo Escolar "João Mattar", o atual Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambará. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 73-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguieirinha. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — COM SUBSTITUTIVO — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 73-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na Rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguieirinha.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão pela Verba própria, consignada no Orçamento.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1971.

a) Deputado Nivaldo Kruger.

JUSTIFICATIVA:

Região das mais produtivas tendo na esfera da pecuária como da agricultura, está sofrendo a falta de uma ponte que a integre.

Servida unicamente por uma balsa, com tração animal, esta rodovia fica engarrafada as margens do Iguaçu, quando há a mínima cheia, fazendo com que os colonos e produtores não possam escoar sua produção, que muitas vezes se deteriora enquanto se espera que as águas do rio baixem.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 73-71

AUTOR: Dep. Nivaldo Kruger.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na forma que especifica.

PARECER

1) — A iniciativa ora em exame foi apresentada em perfeita consonância com o que determina o Art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referido projeto não contraria norma constitucional e legal. Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação, obedecido, porém o substitutivo anexo:

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira.

Borsari Netto.

Igo Losso

Sebastião R. Júnior.

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 73-71.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguieirinha.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Muggiati Filho

Igo Losso

Borsari Netto

Gilberto Carvalho

PROJETO DE LEI N. 73-71

Autor: Deputado Nivaldo Kruger.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguieirinha.

Comissão de Finanças

PARECER

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não ocorre qualquer impedimento de ordem financeira.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente Projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Fuad Nacli

Santos Lima

Maurício Fruet

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

1) — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Nivaldo Kruger autorizar, o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na Rodovia que liga o Município de Pinhão ao Município de Manguieirinha.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça apreciando a matéria manifestou-se pela sua aprovação, apresentando, porém, Emenda Substitutiva, que, entendemos melhor atende à técnica legislativa. Igualmente favorável é o parecer da Comissão de Finanças.

3) — Nestas condições e atendendo o que consta da justificativa da proposição, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Antonio Maciel — Relator

Hélio Manfrinato

Gilberto Carvalho

Borsari Netto.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 86-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 86-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba.

Art. 2.º — A Escola terá, além de um ginásio técnico industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra, especializada em Curitiba.

Art. 3.º — O curso ginásio técnico terá a duração letiva de quatro anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º — A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º — O regime Financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1971.

(a) Dep. Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA:

Hoje, em nosso País, existem, percentualmente, menos técnicos especializados do que profissionais liberais. Vive o nosso ensino, atualmente, uma falta de diretrizes gerais orientadoras, destinadas à formulação de uma eficiente política de formação e aperfeiçoamento do pessoal.

É fato consumado que a mão-de-obra especializada se constitui em importantíssimo elemento na política nacional de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

As necessidades destas escolas são enormes e o que já se fez, como o que se faz é insuficiente. É preciso mais, muito mais. O Projeto presente visa ampliar sua necessidade, proporcionando a matrícula de jovens, que desejam, se beneficiar com o aprendizado técnico, preenchendo, desta maneira os espaços ausentes reclamados pelo Paraná e pelo País.

A construção de Escola Técnica na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, virá de encontro aos interesses de seus moradores, que de há muito ressentem-se deste equipamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 86-71

AUTOR: — Dep. Maurício Fruet

SUMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, uma Escola Técnica na forma e como específica.

PARECER

1) — A Proposição supra referida está regular em face do que determina o Art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, eis que a mesma vem articulada e devidamente justificada.

2) — Referida iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3) — Em face das considerações expendidas, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Sebastião R. Júnior

PROJETO DE LEI N.º 86-71

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

A criação de estabelecimentos de ensino, é matéria de alto alcance, quanto a sua natureza.

No tocante à parte financeira, que cabe esta Comissão opinar, nosso parecer é favorável, pois não fere dispositivos de ordem legal.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Mancel — Relator

Santos Lima

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 86-71

O nobre Deputado Maurício Fruct, com o plano de Lei sob exame, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba.

O estabelecimento de ensino previsto no Projeto se nos afigura necessário, posto que a sua criação na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais não só contribuirá para a formação de mão-de-obra especializada, de que é carente o nosso Estado e o País, como possibilitará, também, às inúmeras famílias que lá residem, o aprendizado técnico profissional dos filhos, sem qualquer ônus financeiro para os seus orçamentos domésticos.

Por tais razões, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em ... de novembro de 1971.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43.72, de autoria do Dep. João Mansur, que autorizo o Poder Executivo concessão de Título de Cidadão Honorário "POST-MORTEM", ao Brigadeiro do Ar, Mário Calmon Eppinghaus. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 43-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica autorizada a concessão de Título de Cidadão Honorário "POST-MORTEM", ao Brigadeiro do Ar, MARIO CALMON EPPINGHAUS, — falecido recentemente em desastre aéreo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1972.

(a) Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Justa, significativa e merecedora é a homenagem póstuma que pretendemos prestar, em nome desta Casa e do povo paranaense, ao Excelentíssimo Senhor Brigadeiro do Ar, Mario Calmon Eppinghaus, recentemente falecido em desastre aéreo, ainda no vigor de sua existência, toda ela dedicada aos interesses de nossa nação.

Seu longo e brilhante currículo de vida, desde quando assentou praça na gloriosa Força Aérea Brasileira, nos idos anos de 1934, até quando, agora, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, em nossa Capital, bem demonstra a dedicação e o espírito patriótico de Sua Excia., sempre devotado às armas e a magnífica carreira que trilhou, em quase todos seus escalões.

O Paraná rende, ao conceder o título de Cidadão Honorário "Post-Mortem", ao Brigadeiro Eppinghaus, mais do que uma homenagem, um agradecimento sentido de todos os filhos desta terra por aquele que até os últimos instantes de sua vida trabalhou e defendeu os interesses de nosso Estado.

Presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Seção do Paraná, Sua Excia. ainda há pouco encetava vigoroso movimento, para dotar Guarapuava dos meios essenciais para seu desenvolvimento, participação e integração estadual, prevendo a abertura de estradas, edificação de pontes e de aeroporto.

Sendo essa a justificativa, contamos com o total apoio dos meus nobres Pares. Anexo a biografia.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

COMANDO GERAL DO PESSOAL

Comando de Formação e Aperfeiçoamento

ESCOLA DE OFICIAIS ESPECIALISTAS E DE INFANTARIA DE GUARDA
Dados Biográficos do Brigadeiro do Ar Mário Calmon Eppinghaus

O Brigadeiro do Ar Mário Calmon Eppinghaus, nasceu no Estado do Espírito Santo a 10 de Março de 1916, é praça de 27 de março de 1934. Aspirante de 31 de março de 1938, 2.º Tenente de 03 de maio de 1939, 1.º Tenente de 20 de dezembro de 1941, Capitão de 08 de agosto de 1944, Major de 02 de outubro de 1950, Tenente - Coronel de 15 de janeiro de 1955, Coronel de 20 de janeiro de 1959 e Brigadeiro do Ar de 11 de outubro de 1968.

Possuía os seguintes Cursos:

- Curso de Aviador Militar, categoria "A" e "B";
- Curso de Tática Aérea;
- Curso de Tática Aérea nos Estados Unidos da América do Norte;
- Curso de Administração de Pessoal Militar nos Estados Unidos da América do Norte;
- Curso de Estado Maior da Aeronáutica;
- Curso Superior de Comando da Aeronáutica.

POSSUIA AS SEGUINTE CONDECORAÇÕES:

- Medalha de Ouro do Serviço Militar;
- Cruz da Aviação fita "B";
- Medalha de Campanha do Atlântico Sul.
- Ordem do Mérito Aeronáutico no grau de Grande Oficial;
- Ordem do Mérito Rio Branco no grau Comendador;
- Ordem do Mérito Rio Branco no grau de Comendador;
- Medalha do Mérito Santos Dumont;
- Ordem do Mérito Militar no grau de Comendador.

Possuía mais de 4.000 horas de voo.

COMISSÕES EXERCIDAS

- De Aspirante a Capitão exerceu todas as funções correspondentes aos postos de Oficial Subalterno;
- De Major a Brigadeiro exerceu as seguintes Comissões:
- Chefe do Ensino Técnico da Escola de Especialistas da Aeronáutica;
- Comandante do Destacamento de Guaratinguetá;
- Instrutor da Escola de Especialistas de Aeronáutica;
- Comandante da Base Aérea de São Paulo e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica;
- Chefe do Gabinete da Inspetoria da Aeronáutica;
- Chefe do Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes da Aeronáutica;
- Comandante da Base Aérea de Salvador;
- Comandante da 2.a Zona Aérea;
- Chefe da Inspetoria Geral da Aeronáutica;
- Chefe da Divisão de Inspetoria Geral da Aeronáutica;
- Chefe da Divisão de Material Bélico da Diretoria do Material da Aeronáutica;
- Chefe de Gabinete da Diretoria do Material da Aeronáutica;
- Subdiretor do Parque de Aeronáutica de São Paulo;
- Adido Militar e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil no Canadá, com sede em Ottawa;
- Subdiretor de Procura e Desenvolvimento Industrial da Diretoria do Material da Aeronáutica;
- Subdiretor de Suprimento da Diretoria do Material da Aeronáutica;
- Diretor do Parque de Aeronáutica dos Afonsos;
- Comandante da 6a. Zona Aérea, sediada em Brasília — DF;
- E atualmente, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda.

Curitiba, 07 de outubro de 1971

(a) Major Braga em 10.4.72.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 43-72

AUTOR: — Dep. João Mansur

SÚMULA: — Concede o Título de Cidadão Honorário "Post-Mortem" ao Brigadeiro do Ar Mário Calmon Eppinghaus.

PARECER

1) — A proposição do ilustre Deputado João Mansur veio plenamente justificada, ressaltando o autor a brilhante figura do homenageado.

2) — Não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, opinamos pela aprovação do Projeto em exame.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Erondy Silvério

Maurício Fruct

Luiz R. Soares

Cândido M. de Oliveira

Ovídio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.ºs 10-72 e 11-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 123-71, 145-1, 220-71, 42-72, 49-72 e 60-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de cinco Srs. Deputados, destinada a propor sugestão e medidas, em virtude do apelo formulado pelo Sr. Governador do Estado ao povo em geral, na ocasião em que deu publicidade ao seu Diagnóstico e Diretrizes. — **Aprovado.**

A Mesa irá designar os componentes, em número de cinco Srs. Deputados, para atender a solicitação do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

Suspendo a sessão por dez minutos para que possamos, neste interregno, aguardar a chegada do Sr. Presidente do IBC.

— (Está suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra, para explicação pessoal, ao Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILANUEVA — (Lendo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos como representante desta Casa, à 1.a Reunião Oficial de Turismo em Brasília, realizada pelo Ministério de Indústria e Comércio, através da Embratur, onde nossa Comissão procurou alargar as fronteiras de sua ação, buscando posições de afirmação e de luta, na defesa dos interesses do Paraná no setor.

Verificamos a importância que vem sendo atribuída em outros Estados o assunto, comparecendo com planos agressivos e delegações numerosas, utilizando os recursos que a publicidade oferece, procurando colocações regionais e locais aos planos apresentados.

Sentimos a responsabilidade e necessidade de contribuirmos também neste sentido, na procura de proposições que consolidem mais a situação de destaque que o Paraná possui. O Projeto de Lei que vamos apresentar no desenrolar deste pronunciamento, é a resultante disso.

Reconhecemos que o turismo é peça indispensável ao nosso desenvolvimento. Capta divisas e concorre substancialmente para a projeção nacional e internacional de nosso Estado.

Constitui uma forma permanente de relacionamento, dinamizando o sistema multi-estadual de convivência e assim promovendo um melhor entendimento entre todos, diminuindo as tensões sociais e políticas.

O turismo aumenta o mercado de trabalho, cria novos empregos e estimula o surto de novas profissões. Beneficia ao comércio e a indústria ao assegurar-lhes consumidores de apreciável poder aquisitivo.

Do engraxate ao industrial, todos são beneficiados.

Proporciona e estimula a recuperação e valorização do patrimônio cultural, artístico e histórico.

Entre as conquistas da sociedade moderna, se inclui o lazer que se amplia à medida que avança o progresso do desenvolvimento na civilização tecnológica em que vivemos.

O homem, num caminhar constante pelos caminhos do mundo, de seu país e de seu Estado, acumula conhecimentos, forças e energia indispensáveis à sua capacidade criadora.

Em nosso Estado, a prodigalidade da natureza e a iniciativa privada muito fizeram, mas isto não nos basta mais, sentimos a necessidade de

uma maior incorporação do turismo ao processo de desenvolvimento.

O Governo Parigot de Souza, em seu Diagnóstico de Diretrizes de Ação aborda o valor do Turismo como uma das metas setoriais do desenvolvimento.

Devemos no entanto aceitar a evidência de que apesar dos esforços já realizados, ainda não foi montada nesta faixa a infra-estrutura que se faz necessário.

Não vemos e não sentimos a presença de um sistema dinâmico e ordenado, de estímulo, divulgação e promoção.

O órgão governamental, a Paranatur, criada em 1969, até a presente data não teve sequer o seu capital integralizado, do que tem resultado graves consequências para o turismo paranaense, pois não foi concedida a entidade a oportunidade de assumir o seu verdadeiro papel.

As dotações orçamentárias colocadas à sua disposição, são insuficientes para o levantamento dos problemas existentes, incapazes de atender às necessidades de estruturação funcional, sem nos referirmos a indispensável ação promocional que necessita ser realizada.

Na Reunião Oficial de Turismo em Brasília, tivemos a oportunidade de cotejar o volume de verbas colocadas a serviço do turismo em outros Estados. A Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, com 5,5 milhões, Guanabara, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Pará, Minas Gerais, com verbas idênticas ou aproximadas a do Rio Grande. Sem falarmos em São Paulo, onde o Estado aplica quase 150 milhões e a Prefeitura 16 milhões.

Remetemos a todos os Srs. Deputados, um folheto editado pela Paranatur, onde puderam os Srs. Deputados comprovar a magnífica qualidade gráfica. O Pará envia agora o seu Departamento de Turismo Estrutural, aos Estados Unidos e Japão para influenciar no afluxo de correntes internacionais para o seu Estado, atraídos pelo fascínio do Amazonas.

Juntamente com os recursos oferecidos, criam-se nestes Estados uma estrutura organizacional de alto gabarito, com economistas, engenheiros e técnicos em turismo, efetuando cursos na Faculdade de Turismo de São Paulo e estágios na Espanha em cursos que ela oferece ao Brasil.

Estão eles consolidando as estruturas existentes e dinamizando localmente o setor.

Desejamos neste momento fazer um apelo ao Senhor Governador, Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza; peço à Casa que dele dê ciência.

Solicitamos a Sua Excelência tomar as medidas necessárias à integralização do capital da Paranatur, e que para o próximo ano conceda no orçamento a esta entidade, uma dotação condigna à importância que o Turismo representa em nosso Estado. São proposições que permitirão o aprimoramento dos serviços a ela atribuídos, dando condições para que seu quadro funcional seja completado, possibilitando o envio de funcionários a fim de realizarem em São Paulo ou no exterior, cursos de aperfeiçoamento.

Dentro da evolução natural de todos os setores do desenvolvimento nacional, na racionalização dos projetos que estão ou serão brevemente implantados, descortinam-se novos critérios também: no turismo.

Assim é que surgem os projetos turísticos integrados, frutos de estudos conjuntos com equipes especializadas, vindas até do exterior, como é o caso da Comissão que planeja os empreendimentos a serem realizados ao longo da nova estrada Rio-Santos. É um novo ângulo que se descortina no setor, um dos aprimoramentos nos serviços a serem prestados que funcionará de maneira mais racional. São super estruturas que se montam e que o progresso impõe deixando marginalizado o que até então existia pela presença de fatos, não somente novos, mas realmente melhores e mais perfeitos.

Estes são os novos caminhos do turismo e o Paraná não deverá ausentar-se dos mesmos.

Em nosso Estado, com polos de atração turística em Foz do Iguaçu, passando por Vila Velha e o Litoral, já exaustivamente defendidos por muitos dos Srs. Deputados, cabem ponderações e sugestões a serem feitas.

Nosso litoral, que sofre a concorrência das praias do vizinho Estado de Sta. Catarina, apresenta problemas volumosos decorrentes da baixa renda dos municípios e que somente com a criação de fundo especial de auxílio, poderia encontrar as soluções de saneamento e urbanização necessárias.

Temos no entanto, a Ilha do Mel, com uma beleza intocada, com o patrimônio histórico do forte, com o sofisticado encanto que a natureza concede às ilhas e que no estágio em que se encontra, na qual a urbanização e pequena, presta-se a um projeto turístico integrado dando ao nosso litoral um elemento novo na paisagem turística do sul.

Curitiba, ponto de passagem obrigatória de correntes turísticas, afora a tipicidade de Sta. Felicidade, poderia oferecer mais vida noturna. De maneira idêntica ao que já existe na Guanabara, poderia a Prefeitura Municipal de Curitiba, oferecer como incentivo aos estabelecimentos que fazem espetáculos noturnos de primeira categoria, isenção de impostos, inclusive o predial. Fica aqui a sugestão ao Prefeito Jaime Lerner, que tanto está fazendo pela cidade.

Guaira, as fabulosas Sete Quedas, do ponto de vista de prestação de serviços, encontra-se ao abandono, visitada por uma pequena parcela de turistas frente ao potencial que possui. Região que nos próximos anos irá apresentar notável desenvolvimento pela construção da hidro-elétrica do século e conclusão da estrada asfaltada, deve merecer imediata atenção da Paranatur.

Ali existem somente junto as quedas, um bar e restaurante muito precários, construção de madeira, sem instalações sanitárias suficientes. Foi construído agora, de acentuado mau gosto, um quiosque de tijolos de concreto para a venda de postais, sorvetes e souvenirs.

O acesso às pontes tem proteção somente de um lado. As estreitas pontes pensis que ali existem, aos domingos, são ponto de convergência de garotos que se distraem fazendo-as balançarem-se, aterrorizando os turistas idosos que por ela transitam.

Vendedores ambulantes vendem refrescos coloridos em sacos plásticos, sem marca e de má qualidade, fazendo supor não serem fiscalizados pelas autoridades sanitárias. Os sacos vazios são jogados ao chão, que esta recoberto dos mesmos.

E no entanto, ali, com facilidade, poderiam as coisas serem modificadas. Existe uma conexão ideal para o estabelecimento de pedágio, porque o acesso somente pode ser feito através de ponte.

E agora fazemos um novo apelo a esta Casa, para que envie ao Exmo. Sr. Dr. Gilberto de Abreu Pires, Diretor Superintendente da Paranatur, um expediente a fim de que o mesmo estude a maneira pela qual a utilização turística das Sete Quedas, seja realizada pela Paranatur, com cobrança de pedágio.

Seria a criação de recursos a serem captados e aplicados nas obras necessárias à valorização local. Esta entidade já tem uma experiência bem sucedida com o pedágio em Vila Velha, o qual segundo informações ofi-

ciais que obtivemos, irá concorrer com parte das despesas para a iluminação noturna das rochas. Conhecemos o gabarito profissional do Dr. Gilberto Pires, sabemos do seu entusiasmo e dedicação ao conduzir e orientar o turismo em nosso Estado, temos certeza de que S. Exa. aceitará a nossa sugestão. Foz do Iguaçu, um dos maiores polos receptores de turismo no País, colocado abaixo somente por Guanabara e São Paulo no turismo internacional, com um índice de 300.000 turistas neste ano, com uma estrutura empresarial de turismo receptivo suportando com folga este afluxo, necessidade apenas a concretização de algumas medidas facilmente realizáveis com o apoio governamental e capazes de proporcionar uma valorização turística.

É o caso da aventada iluminação da estrada das cataratas até a entrada do Parque Nacional. É a construção de um Parque de Exposições Agro-Pecuárias com salão de convenções anexo.

A este respeito, em contacto mantidos em Assunção com deputados e autoridades do turismo paraguaio, ouvimos o interesse que existiria nesse país, que apresenta atualmente inusitado desenvolvimento agro-pecuário, pela oportunidade de um maior intercâmbio através de uma exposição na fronteira, com a possibilidade na compra de maquinário agrícola e gado brasileiro.

É a necessidade de um apoio à municipalidade de Foz do Iguaçu através de empréstimo do BADEP, com garantia de ICM, a ser recebido para o processamento rápido do asfaltamento e ajardinamento das ruas, que já foram motivo de concorrência pública já julgada.

Estas são sugestões em rápidas pinceladas que permitimos fazer, que demonstram a necessidade de encontrarmos também soluções globais que junto aos locais, valorizem o panorama neste setor.

Existem deficiências que não são apenas nossas e sim presentes em todo o País, que obstaculizam o ingresso de maiores correntes turísticas. Deficiências que poderão ser corrigidas a curto prazo sem sangrar os cofres estaduais, criando, para o Paraná, uma alta qualificação promocional.

É o que pretendemos com um Projeto de Lei que hoje estamos apresentando, criando um símbolo paranaense de qualidade turística, fixando na imagem gráfica do pinhão, um padrão turístico facilmente identificável, concorrendo para a seleção e valorização dos serviços comuns a serem prestados ao turista.

É uma equivalência ao que já existe na França, com a classificação de estrelas que vão de 1 a 5.

Tem o seguinte teor, o Projeto de Lei que iremos dar entrada:

"Projeto de Lei n.º 101-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituído o símbolo paranaense de qualidade turística.

Art. 2.º — Da simbologia participará, obrigatoriamente, a figura do pinhão.

Art. 3.º — É vedada a reprodução do símbolo instituído por esta Lei, para finalidades estranhas ao turismo.

Art. 4.º — As Secretarias de Estado colaborarão, dentro de suas respectivas áreas de ação, com a Empresa Paranaense de Turismo, objetivando a finalidade para a qual é instituído o símbolo.

Art. 5.º — O Conselho Paranaense de Turismo baixará os atos regulamentadores da presente Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1972.

(a) — Xenofonte Villanueva".

"... Um acontecimento frequente para quem viaja de automóvel em nosso País, é dirigir-se a um posto de gasolina ou restaurante e, não encontrar nos mesmos, condições de higiene, padrão alimentar ou instalação sanitária que atendem as suas exigências pessoais.

O símbolo de qualidade de todos os estabelecimentos ligados ao turismo em nosso Estado, criando proteção aos que dele fazem uso, abrangeeria com critérios seletivos a serem regulamentados toda a gama de serviços já em funcionamento.

Estimularia a melhoria dos padrões para a obtenção de melhor qualificação no símbolo atraindo para o estabelecimento possuidor do mesmo, as preferências da categoria a que se pretende servir.

Enfim, daria a justa importância a quem é a peça fundamental do setor: o turista.

O que se pretende com o Projeto de Lei apresentado, é fixar um entrosamento entre áreas administrativas já existentes para se obter na medida de esforços o objetivo comum: a valorização do Turismo no Paraná de Saúde Pública, DER, DNER, órgãos municipais de turismo e urbanismo, realizariam um cadastramento dos estabelecimentos relacionados ao setor, numa fase conjunta ou subsequente, notificariam para a correção das irregularidades encontradas, as quais após sanadas, capacitariam os estabelecimentos a receber a classificação que seria ostentada para o conhecimento do turista.

Através de constante e efetiva fiscalização seriam mantidos os padrões estabelecidos.

Seria uma medida pioneira no turismo brasileiro, ressaltando no País e no exterior, a importância com que o Paraná recebe o seu turista.

Obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — É com satisfação que a Presidência anuncia a presença honrosa nesse Plenário do Dr. José Maria Jorge Sebastião, Presidente Interino do Instituto Brasileiro do Café, que chega neste instante a esta Casa de Leis, acompanhado por S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Roulien Baságia.

Solicito à comissão designada, acompanhe SS. Exas. até à Mesa. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE — Em nome a Mesa Diretora e de todos os Senhores Deputados, o Deputado Ivo Tomazoni fará um saudação ao Sr. José Maria Jorge Sebastião.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Solicitei-me a Presidência desta Casa Legislativa, Dr. José Maria Jorge Sebastião, que eu, em nome da Comissão Executiva e em nome dos Deputados representantes do povo paranaense, dissesse a V. Exa. que esta Casa sente-se horrorada em recebê-lo nesta tarde, para usufruir dos conhecimentos de V. Exa. no setor mais importante da economia desta unidade federativa. É a honra que tem V. Exa. dialogar por alguns instantes, está somada à satisfação que temos em receber também, nesta tarde, o Dr. Roulien Baságia, digníssimo Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná.

Quer a Comissão Executiva e os Srs. Deputados que V. Exa., Dr. José

Maria, neste Plenário, esteja completamente à vontade porque é o Paraná, pela voz de seus representantes, que ao saudá-lo reconhece em V. Exa. o trabalho produtivo em favor do desenvolvimento do Estado do Paraná, no fortalecimento da riqueza nacional, com os estímulos que vem dando a este setor da produção.

V. Exa., investido hoje interinamente na Presidência do importante órgão que é o Instituto Brasileiro do Café, tem do povo paranaense o agracimento por tudo quanto tem sabido fazer à frente da direção de Produção daquele importante órgão.

As boas vindas que expressamos em nome dos Senhores Deputados queira recebê-las Dr. José Maria, como se fora a honra, a satisfação, a alegria da gente paranaense que exulta em recebê-lo neste recinto.

Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. José Maria Jorge Sebastião.

O SR. JOSÉ MARIA JORGE SEBASTIÃO — Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado e nosso colega Wilson Fortes; Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná; Srs. membros desta Mesa; Srs. Deputados; Senhores e Senhoras.

O dia de hoje é realmente feliz não só para a cafeicultura paranaense, como para a cafeicultura brasileira. O ato que acabamos de presenciar há poucas horas, de uma assinatura com que o Sr. Governador do Estado sancionou uma lei que foi nesta Assembleia votada em tempo hábil, da criação do Instituto Agrônomo do Paraná. Isto representa, realmente, um grande passo para a cafeicultura que vai enfrentando épocas diferentes daquela em que só se lançava semente à terra, a espera do café que, dali há quatro anos, iria produzir.

Isto possibilitou o desbravamento do Paraná, haviam cafeicultores que, mesmo morando em São Paulo, conseguiam formar grande quantidade de pés. Hoje, Srs. Deputados, os Senhores que estão, realmente interessados nos problemas da cafeicultura, os Srs. que por serem Deputados nesta Assembleia Legislativa do Paraná, sabem que, a cada um, cabe parcela de responsabilidade no destino da cafeicultura deste Estado.

Este Instituto Agrônomo do Paraná, que os Senhores votaram, vai, realmente, dar esta nova definição que precisamos para a cafeicultura nacional.

O Paraná é hoje, e será por muito tempo, o maior produtor de café, e me recia, e reclamava, esse Instituto. Agora, Sr. Secretário, está aí um órgão vinculado a vossa Secretaria que ditará normas, inclusive para o próprio Brasil cafeeiro. Entretanto, não queria deixar de fazer este relato, a satisfação que sentimos, neste momento, por ter sido sancionada esta lei. Mas, dispomos de 15 minutos para falarmos aos Srs. Deputados, depois estaremos a disposição dos Srs. Deputados.

Aqui viemos a convite do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, porque, há muito tempo estava em discussão o problema do zoneamento ecológico do Paraná e, de resto, da todo o Brasil.

Críticas saíram deste Estado com relação ao plantio do café no Ceará e em Pernambuco. Mas, a nossa vinda não se prende só a isto. E quero, desde já, colocar-me a disposição dos Srs. Deputados, sempre que for necessário debater com os Senhores problemas da cafeicultura nacional.

O que temos a dizer com relação ao zoneamento, é que a própria Lei que criou o IBC, no seu artigo 2.º, determina que o Instituto promova a radicação da cafeicultura em zonas ecológicas. Então, já está havendo renovação, desde 1970, no Paraná e em todo o Brasil.

Posso dizer aos Senhores que o plantio do café vai desde o Acre, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Ceará, e, daqui a pouco, chegará a Santa Catarina. Porque, já existe uma área, pequena área, em que é possível fazer o plantio do café. E todos esses plantios seguiram os mesmos preparos técnicos, os mesmos parâmetros que já eram observados no Paraná e, hoje, são observados em todo o Brasil.

Há críticas quando se fala de plantio de café no Ceará. Porque, quando se fala no Ceará vem-nos logo a imagem da seca. Mas, ainda ontem, elementos de Guaramirim, na Serra do Baturité, estiveram lá. Então, projetamos uma série de fotografias em que se viam as matas, a água, as represas, o café no terreiro, tudo isso mostrando e indicando que realmente há condições do café ter uma produção e ser ótima atividade para ser explorada naquele Estado.

Mas, lá também foi feito zoneamento. Lá, apenas na região da Serra de Baturité, acima de 600 metros, ou na serra de Ibiapaba, acima de 800 metros, pode-se plantar café. Porque dada a diferença de latitude e ela é corrigida com a altitude, o que aqui em algumas regiões do Paraná conseguimos com 400 metros, por estarmos bastante distantes do Equador, lá só conseguimos esse mesmo parâmetro de temperatura, com 700 e 800 metros. Mas a certeza do que os parâmetros lá utilizados de temperatura, entre 18 e 22 graus, em média, são os mesmos daqui. E lá há também condições extraordinárias para o plantio de café.

Além disso, hoje, com a saída do IBC do consumo interno, um Estado que consome 300 mil sacas de café e produz hoje, apenas, 50 mil sacas, está com déficit de 250 mil, o que significa grande sangria para o orçamento daquele Estado que, como muitos outros, luta com deficiência de verbas. Então, a mão de obra que foi importada pelo próprio Estado do Paraná, que produziu café aqui no Paraná e os cearenses estão bebendo café do Paraná, no Ceará estão comprando café lá hoje, por 180 e 200 cruzeiros a saca de café.

Então, esse programa que é nacional, tem que atender a todas as regiões, sem interesses particulares. A Federação tem que tratar a todos os Estados como se fossem seus filhos e não acreditado que os senhores pais tratam a seus filhos de maneira diferente. É assim que a Federação trata os Estados, pelo menos em assunto da cafeicultura.

Mas hoje, então, se instalada no Ceará uma cafeicultura digna desse nome. Existe um lavrador que vai fazer 3 milhões de mudas, da melhor técnica de plantio.

Divaguei um pouco com relação a outros Estados, porque aqui no Paraná houve essa crítica que os Senhores conhecem.

Mas vamos localizar mais precisamente com relação ao problema do zoneamento do Paraná. No Paraná, a partir de 1970-1971, foi aberta uma região, não tradicional de café, mas que lá existia café, quando foi composta uma Comissão de elementos de gabarito, como Angelo Pais de Camargo, o maior climatologista de café do mundo — digo isso, porque Angola está solicitando os seus trabalhos para fazer o zoneamento da cafeicultura de Angola, do quilate de Adolpho Shebeck, técnico especialista, grande conhecedor de café e mais colegas do próprio Instituto Brasileiro do Café. A hora em que ela determinar que uma região poderia receber também benefícios de zoneamento, é porque ela se equipara às demais para plantio de café.

Então, da mesma maneira que quando se falava em café no Ceará, pensava-se em geadas. Pensava-se em Cascavel. Cascavel tem pinheiros, pinheiro que significa que é uma região fria.

Não se falava naquela área intermediária, que é uma área de floresta tropical, que os Senhores de avião podem perceber perfeitamente a transição. Então, quando se fala em plantar café no sudoeste, de se plantar café em Cascavel, ou em Foz do Iguaçu, porque Cascavel está a 800 metros de altitude e Foz de Iguaçu a 280 metros de altitude, e planta-se café somente entre 600 e 400 metros.

Permitam-me mostrar aqui um mapa.

Então, quando se pensa no Sudoeste, joga-se logo a vista em todo esse pedaço, mas não se planta nessa área toda, apenas naquela que tem condições matas (ou vácuo) climáticas. Além disso, há as limitações dentro disso. Apenas depois que os cafeicultores fazem a proposta, quando ela é aprovada de acordo com a capacidade financeira do mutuário, é que vai para o agrônomo dizer e ver se o local tem condições micro-climáticas para plantar café.

Então, não temos receio nenhum, dada a capacidade dos técnicos que fizeram esse zoneamento, de dizer que isso aqui é bom para café.

E mais do que nossa confiança, diz a própria existência do café que lá já. No ano passado foram colhidos, em lavoura de 5 anos, 162 sacas em coco, por mil pés. Então, o problema é de se fazer uma cafeicultura nos moldes que se faz, como estamos fazendo hoje. Existem algumas determinantes que não atendem plenamente a necessidade de todos os cafeicultores. Tínhamos propostas até ontem num total de 44 milhões e 800 mil cafeeiros. Talvez não passe dos 30 ou 35 mil. Mas, a confiança de todos nós é que aqueles que forem plantados, o serão dentro da melhor técnica.

Neste mapa os Srs. Deputados poderão ver:

A parte cor de rosa é sempre aquela em que se pode plantar café no Paraná.

Na parte amarela não é possível plantar por duas razões:

A primeira por ela estar a uma altitude abaixo de 400 mts. e há a correlação bem estreita entre altitude e temperatura. Abaixo desta altitude a temperatura seria superior à média que foi exigida para tal. O financiamento de café é feito para regiões que tenham temperatura média, como já disse, entre 18.º e 22.º centígrados. Abaixo daqueles 400 mts dará uma temperatura superior a estes 22.º.

A parte branca é considerada a linha da geadas. Abaixo desta linha não se planta café. Hoje os agrônomos, munidos de seus altímetros, tem não só a escala inferior da altitude como a escala superior como podem ver aqui. Nesta região o máximo é 600 mts. Nesta outra 700, 800 ou 900 mts. Tudo isto por que? Em São Jerônimo da Serra, por exemplo, há regiões com mil metros de altitude. Se plantarmos aqui então há perigo de geadas. Portanto, como vêm os Srs. Deputados, há necessidade da vistoria de um agrônomo. Os nobres Deputados poderão, às vezes, haver casos em que lavradores vão reclamar, como Vv. Exas. são representantes do povo, dizendo que estão dentro da área boa de café e não estão recebendo financiamento de café. Isto é perfeitamente possível. No entanto, um seu vizinho pode receber o financiamento e o outro não.

Há pouco tempo estive em Umuarama e um nosso colega do SENAC de Maringá, Gabriel Calef, nos levou para ver alguns financiamentos que estavam sendo executados. Em determinada altura disse: este café está plantado aqui e pela condição da mata vai ser colhido pela geadas, o que ele me respondeu que não estava aquela plantação financiada. Acima de uma determinada quota daquela, já poderia financiar.

Outro caso — Em Engenheiro Beltrão vi uma lavoura e disse: nesta lavoura deverá gear. Mas, daquela altura para baixo não estava sendo financiada. O lavrador plantou por sua conta. O financiamento é somente acima de uma determinada quota. Será que os agrônomos inventam, vêm numa bola de cristal para dizer vai gear aqui, mas não geia ali? Não. Inclusive a geadas tem dois tipos e os paranaenses sabem bem disso. A primeira é a geadas negra, aliás, foi a geadas que caiu no Paraná em 1969, e contra esta geadas nada se pode fazer, porque ela pega justamente aquelas regiões melhores, os espigões. No caso do Paraná não foi o vento noroeste nem o vento sudoeste, que procuramos sempre limitar, não foi o caso desta geadas. Felizmente ela é de ciclos mais longos, geralmente, se quisermos determinar os ciclos, cerca de 8, 10 anos. Agora a geadas que é frequente, que já houve no Paraná este ano, que há frequentemente, e com mais intensidade cada 3, 4 anos é a geadas branca, a geadas que é de acamamento do ar frio, em que o ar frio como se fosse um lençol de água vai procurando as camadas baixas, então, os Senhores, que tem o trato da lavoura, que conhecem os problemas da lavoura, já vêem uma área que não tem mais café. Se os Senhores pegarem, através das nossas fotografias aéreas que todo o nosso serviço tem, os Senhores conseguem já localizar uma área que, quando se desbravou empiricamente o Paraná foi plantado café, mas, onde hoje não existe mais café. Então é contra este tipo de geadas que nós pretendemos nos precaver. Evidentemente ainda aí há a intensidade desta geadas, como a geadas de 18, a geadas de 42, que não sobrou nem São Paulo. Este vento, agora há pouco tempo queimou Minas. Então o que nós pretendemos com este trabalho, verificando estas linhas de geadas que são mais frequentes, verificando o problema do escoamento de ar frio, é localizá-las em condições mais seguras contra o problema da geadas.

Não ponho a mão em plano nenhum dizendo que não vai dar geadas, apenas, foram tomados todos os cuidados para plantar café com menos riscos. Se fosse assim não se plantava café no Paraná, que pegou 93% da geadas, o ano passado, e é este Estado que talvez no ano que vem produza 50% da produção do Brasil, e o Brasil deverá continuar a produzir café neste Estado, mas evidentemente, em defesa do próprio lavrador, do próprio cafeicultor, nós temos que localizar bem, isto.

Eu tive um sinal, o Sr. Secretário da Agricultura é realmente do meu time, posso dizer aos Senhores. Como nós temos um programa bastante rígido a cumprir, ele já me deu um sinal, que o tempo vai se esgotando. O problema é tão gostoso, que nós ficamos discutindo com os Senhores, porém, vamos apenas deixar de falar com os Senhores, diretamente, nós vamos partir agora, com a permissão do nosso Presidente, para o diálogo, porque acho que neste tempo pude equacionar, dizer aos Senhores pelo menos o que é básico. Onde se planta café hoje no Brasil, os parâmetros são quase todos os mesmos, é Mato Grosso, é Goiás, é Paraná, não existe diferença, os fatores climáticos que foram levados em conta aqui, foram levados em conta também em outros Estados.

A fim de que possamos debater melhor, eu vou deixar a palavra agora aos Srs. Deputados, para fazerem as perguntas que acharem necessárias.

O SR. PRESIDENTE — Solicito aos Srs. Deputados, que peçam a palavra, Pela Ordem.

O SR. ANTONIO MACIEL — Embora a minha pergunta seja um pouco fora do assunto tratado, refere-se à cafeicultura.

Inicialmente, os meus cumprimentos pela assinatura hoje, da criação do Instituto Agrônomo, em base legal. Uma iniciativa feliz porque era um problema que se arrastava no IBC, desde 1966. Portanto, ao Instituto Agrônomo na pessoa do ilustre Diretor José Maria Jorge Sebastião, os nossos cumprimentos, e também extensivos ao Governador Parigot de Souza, e ao nosso ilustre Secretário, por tão grande obra trazida ao Paraná.

A minha pergunta se refere mais à área de produção.

Ouvi e tenho visto as instruções do IBC — que a renovação da cafeicultura no Paraná ou em qualquer outro Estado no local onde já existe café, tem que esperar um ano após a erradicação do cafezal velho, para plantar-se outro cafezal novo, obedecendo aí, naturalmente, àqueles princípios de rotação de cultura, mas que infelizmente esses princípios já estão superados, e se formos pensar na renovação da cafeicultura no Paraná, onde já não se tem mais área disponível para renovação da cafeicultura, e considerando que os Estados tradicionais do café, como São Paulo, Minas, Espírito Santo, já tem os seus cafezais erradicados há muitos anos, estando com as suas áreas livres para o plantio do café, o Paraná levará uma desvantagem muito grande, e, também, como agrônomo, acho que só deveremos respeitar as áreas infestadas por nematóides liberando imediatamente as áreas livres de nematóides, porque quanto à rotação de cultura, acho o sistema do plantio em curva de nível perfeitamente superado.

O SR. JOSÉ MARIA JORGE SEBASTIÃO — Bom. Aí há dois fatores que podemos analisar, primeiro que felizmente o Governo votou um plano trienal, então, o agricultor, o cafeicultor, tem a consciência que terá o financiamento ainda por três anos. Segundo, com relação à falta de área para plantio não é o que mostram as propostas. Há pouco menos de um mês e meio, mostrei aos senhores, há dados aí, são 44,8 milhões de cafeeiros foram propostos realmente. O Instituto tem esta preocupação que é geral, podemos até dizer, já dissemos na última reunião, porque dizia-se que era só no Paraná. Não; é uma medida geral, não só no Paraná, aliás, todas as medidas deste plano, a renovação não é para um Estado, são para os outros também, é para a agricultura brasileira. Então, esta precaução foi principalmente o problema de nematóide e o Paraná tem sérias áreas atingidas, e segundo, há também outros problemas como do pseudococcus e da própria fisiologia, toxinas, e a verdade é que a prática nos mostrou que um cafeeiro plantado logo após o outro, não é o mesmo do que em áreas descansadas e se o lavrador estivesse voltado para o plantio, realmente poderíamos nos preocupar mas, como ele tem três anos pela frente, acho que pode fazer um planejamento na sua propriedade, escalonando hoje uma área em que queira plantar, no ano que vem plantando milho, cereais, plantando outra cultura e que o ano próximo já poderá realmente utilizar esta área para o plantio do café. Realmente terá mais dois anos pela frente para o plantio, financiado já com juros conhecidos e com o preço já estabelecido. Realmente ficaria preocupado, caro colega Maciel se o plano fosse só para este ano. Acho que com essa possibilidade, este plano é uma medida de segurança para o cafeicultor. É uma medida técnica que se faz necessária.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Sr. President, várias vezes assumimos a Tribuna nesta Casa e temos reiteradas críticas políticas em que julgamos errada a orientação, adotada pelo IBC. E a propósito, eu gostaria de, ao me identificar, dizer-lhe da satisfação que temos na vinda de uma autoridade oriunda do IBC em nosso Estado, e também da satisfação que temos da presença do Sr. Secretário da Agricultura; hoje, realmente, é um dia de grande festa, de grande euforia nesta Casa, porque os debates são assim mais francos e cordiais. Isto posto, eu perguntaria ao eminente e ilustre representante do IBC: No meu entender, antes de formular a pergunta, o agricultor tradicional, é o elemento que melhor entende da cafeicultura, o cafeicultor tradicional e porque então o IBC adota uma política que às vezes temos criticado, quando estimula o plantio do café em todo o País, ele não daria um estímulo, aí a minha pergunta, um estímulo mais adequado, mais justo, se este estímulo fosse através de melhores preços porque Sr. Representante, o que vemos é que a cafeicultura no Paraná, o cafeicultor do Paraná está sendo prejudicado através do confisco, porque vemos que aquilo que o IBC arrecada no Paraná jamais retorna ao Paraná. Daí a minha pergunta simples, singela, mas objetiva, porque, repito, o IBC não diminui o confisco facilitando, melhorando o preço do produto e desta forma o próprio produtor, o cafeicultor que temos hoje, que não deixa de ser um técnico, teria interesse direto na plantação através desta orientação que diga-se de passagem, é muito oportuna e muito eficiente, como V. Exa. bem expôs há instantes. Era a pergunta.

O SR. JOSÉ MARIA SEBASTIÃO JORGE — Evidentemente, quando produzimos uma cultura, o fazemos por achar que é remunerada. Também achamos que o preço deveria realmente, ser aquele que levasse o cafeicultor a plantar café.

A diferença de preço entre janeiro passado e hoje, seis meses apenas, está fazendo uma coisa que nos surpreendeu. Quando tomamos estes dados para o Presidente do IBC, o caro colega economista, Carlos Alberto de Andrade Pinto, que debateu cinco horas com os Srs. Deputados Federais sobre o problema, levou estes dados mostrando que em um mês e meio de ação, já haviam sido feitas propostas para 120 milhões.

A mim mesmo surpreendeu, porque vimos já três planos, que não atingiram aos seus objetivos. Tanto assim, que o Governo sentindo isto, elaborou um plano trienal em muito melhores bases. Então apenas, aquela confiança no Governo ou por esta melhora de preços que ocorreu, e tenho ciência, que está sendo comprado café na zona de Londrina, a 70 cruzeiros o saco.

Este preço, é verdade que não é todo aquele que o Governo recebe do café, mas aquele preço que está fazendo com que os lavradores se incentivem mais.

Mas quero concordar com o Senhor também, que o preço deve ser o preço determinante desta iniciativa de plantar ou não plantar café. A vantagem, a grande vantagem que vejo neste plano, é que com ele podemos ter assim, um melhor dirigismo técnico. Se fosse dado apenas através dos recursos do café, poderia ocorrer o que ocorreu com o Paraná no ano de 1954.

Em 54, quando chegou o preço do café até a 80 centavos a libra-peso, foi aquela corrida que os Senhores conheceram, para o plantio no Paraná. E isto se fez em áreas desejáveis e em áreas indesejáveis, e o café, depois da gada de 65 e as subseqüentes, foi eliminado, na sua maioria.

Então, concordo plenamente com o Senhor que deve o preço ser de grande atrativo. Eu vejo neste plano trienal, a grande virtude de fazer es-

tabelecer-se uma cafeicultura nesta época em que é exigida a técnica. Cafeeiros só formados dentro da técnica.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO. — (Pela Ordem). — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Prezado Dr. José Maria. É uma honra especial para esta Casa como já disse o nobre Deputado Ivo Tomazoni e outros que usaram da palavra, receber a visita de V. Exa. no dia de hoje. É uma honra e até certo ponto, motivo de galhardia para mim em particular, assistir nesta tarde o diálogo de V. Exa., com os Srs. Deputados. Um esclarecimento de assunto que por vezes, nesta Casa de Leis, foi motivo de grande polêmica, e até mesmo de tumulto, porque há um entusiasmo natural dos representantes do povo do Paraná, com relação à agricultura cafeeira, o produto básico da economia do Estado, um dos principais produtos da União.

Muitos suscitaram dúvidas, naturalmente, não por intenção maléfica, mas porque realmente, cada um de nós representa uma região e algumas até representam determinada técnica e não somos, evidentemente, obrigados a conhecer todas elas; mas eu que acompanhava o seu trabalho, Dr. José Maria, desde por volta do ano de 1970. V. Exa. junto com o Dr. Angelo Pais de Camargo, técnico climatologista do Instituto de Agronomia de Campinas e professor da Faculdade de Agronomia de São Paulo; V. Exa. e o Dr. Alfredo Xebagge extensionista da Secretaria de Agricultura de São Paulo e Técnico do Instituto de Agronomia de Campinas e outros companheiros seus.

Observei naquele ano de 1970, desde agosto, se não me falha a memória, até o mês de novembro; de 8 a 10 do mês de novembro, quando V. Exa. desceu em Cascavel, quando na fase conclusiva do plano de zoneamento da cafeicultura da região do sudoeste do Paraná.

Não podia ficar calado; quando porventura ocupava a Tribuna desta Assembleia, percebia em alguns nobres pares, alguma dúvida com relação ao critério técnico, agrônomo, ou até mesmo, de engenharia florestal ou de topografia quanto ao zoneamento, para o plantio de café no Paraná.

Quis a providência divina que fosse hoje V. Exa. o Diretor Executivo do IBC, representante de S. Exa. o Sr. Presidente do IBC, para que use o seu discernimento e a sua capacidade mesmo de oratória, para que dessa Tribuna viesse dirimir todas as dúvidas dos parlamentares desta Casa.

Mas de todas elas, quantas foram ventiladas ainda uma pergunta Dr. José Maria, já agradecendo a sua presença e a presença do Sr. Secretário da Agricultura, nesta Casa, quero fazer uma pergunta ainda mais uma pergunta que juntamente com aquela que V. Exa. já respondeu, a respeito dos critérios técnicos, profundamente criteriosos, do zoneamento do café no Paraná.

Queremos entender que dessa discussão saiu a luz e queremos entender que V. Exa. levou aqui do Paraná e da Assembleia Legislativa a impressão de que todos os parlamentares, sem exceção, querem que o Paraná cresça; querem que o café venha mais para o Paraná; querem que o Paraná não perca a hegemonia do café, para que cresça, pelo menos junto com o Brasil, já que esse é o produto básico da economia brasileira e da agricultura paranaense.

Mas, desejo formular mais uma pergunta: Se ainda o IBC financia, ou se ainda o IBC paga para erradicar cafés queimados pela gada. Esta pergunta, naturalmente, responde muitas perguntas já formuladas nesta Casa de Leis e com ela quero crer para mim, que estejam satisfeitas todas as dúvidas que se suscitaram a respeito do critério técnico do financiamento do café neste Estado.

O SR. JOSÉ MARIA JORGE SEBASTIÃO — Felizmente não estamos diante, hoje, de um quadro em que vemos os cafeeiros queimados. Não devemos nem fazer projeção para o futuro, porque desejamos que este Estado passe muito tempo ainda sem o café gado, porque representa, a contribuição do Paraná, realmente, como disse aos Senhores, talvez na próxima safra, cerca de 50% da produção de café de nosso País. Não podemos tirar conclusões do passado, para as coisas do futuro. Muita gente tem pensado, realmente, em plantar café para que, se queimado, o Governo indenize.

O que queremos mostrar aos Senhores é que quando o mutuário resolve plantar café, vai ao agente financeiro, quer seja o Banco do Estado ou o Banco do Brasil e, ao assinar uma proposta, ao ser avaliada a sua propriedade por um engenheiro agrônomo com relação ao aspecto técnico, se é aprovado e ao se lhe dar um plano agrônomo para seguir, quando vai realizar o crédito, assume inteira responsabilidade pelo que ocorrer. Não queremos dizer o que ocorrerá no futuro, não sabemos a intensidade da gada que virá, — pedimos apenas a Deus que não venha, porque o Brasil precisa do café do Paraná — mas quem assina o contrato, assina em baixo que está ciente das responsabilidades, sejam quais forem os diversos problemas advindos.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. José Maria Jorge Sebastião. Presidente interino do IBC. Inicialmente receba V. Exa. a saudação de Bancada do MDB nesta Assembleia por sua presença aqui nesta tarde, saudação que estendo também ao Excelentíssimo Secretário da Agricultura que também honra esta Assembleia, aqui comparecendo.

Não sou homem ligado à região do café, pelo menos aquela região tradicionalmente produtora de café, embora já me vá sentindo ligado, face os estudos do IBC, que espero se confirmem na prática. Os estudos do IBC deram certos direitos, mais aos proprietários do oeste do que aos do sudoeste, com as propostas à produção do café.

Quero dizer que nesta Casa se tem discutido muito sobre o que V. Exa. expôs no início de sua fala, ou seja, esta divisão ecológica do Paraná, citando regiões como Pitanga, próximo a Guarapuava, como próprias ao plantio do café.

Também se tem discutido o critério de financiamento do café em zonas ou regiões de lavoura já erradicadas neste interstício de um ano que V. Exa. afirma, e pensamos que seja o prazo como norma geral, porque se entendia e se discutia que talvez o critério não esteja sendo o adotado no Estado de São Paulo.

Fiz este intróito para formular uma pergunta que se prende ao problema da ferrugem. Dias atrás compareceu a esta Assembleia, democraticamente, o Sr. Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, engenheiro Maurício Schulman e, na oportunidade, S. Exa. dava notícia à Casa de contactos que seriam feitos junto ao IBC, objetivando recursos para o combate à ferrugem, disse S. Exa. que possuía planos no sentido de engajar o Banco do Estado do Paraná com recursos oriundos do IBC, para combater a este mal que aflige a cafeicultura paranaense, e, de um modo geral, a cafeicultura brasileira.

Também, na época, disse S. Exa. que pretendia engajar outros órgãos paranaenses e a CAFÉ DO PARANÁ no combate à ferrugem, com recursos oriundos do IBC.

Pergunto a V. Exa. se foi firmado, com o IBC esse acordo e, se de fato a CAFÉ DO PARANÁ vai ter participação no combate à ferrugem. Talvez V.

Exa. não tenha conhecimento disso, porque está mais ligado à parte administrativa do IBC.

O SR. JOSÉ MARIA JORGE SEBASTIÃO — Agradeço. Sinto a luta, inclusive depois da vinda do Sr. Secretário da Fazenda a esta Casa, todos os jornais noticiaram esse encontro, a necessidade de esclarecimentos. Mas, vamos ter um encontro com o Sr. Secretário da Fazenda, com o Sr. Secretário da Agricultura e com o Presidente da CAFE DO PARANÁ, porque os recursos que tem o Paraná, para o combate à ferrugem, é o mesmo que têm quinze bancos particulares, para financiamento de equipamentos. Mas, para renovação, só o Banco do Estado do Paraná e o Banco do Brasil. E com relação aos insumos, de um modo geral, os bancos particulares têm 50% dos recursos do IBC, e 50% deles, cerca de 10%, da Resolução 69. Então, o que está havendo é um certo mal entendido, porque, para o financiamento dos equipamentos, o IBC subsidia apenas os juros. Porque, existem juros de 15% anuais que incidem sobre esses equipamentos. Então, o IBC vai subsidiar esses juros, durante os quatro anos do acordo. O Banco do Estado vai colocar uma parte desses recursos e o IBC subsidiará os juros. O Banco do Brasil vai operar em máquinas. Tive contato com elemento do Banco do Brasil, da área de São Paulo, mas que acabava de participar de uma reunião com o Conselho Diretor, e que haviam decidido que o Banco do Brasil continuaria a financiar equipamentos. Então, o Banco do Estado do Paraná continuará financiando, na modalidade própria, os insumos. Há pressa do Sr. Secretário para debatermos esses aspectos. Mas, nós temos o Plano Trienal que nos permitirá todos esses financiamentos de máquinas, de insumos, com dois anos de prazo, sem juros. É uma modalidade de financiamento até revolucionária, não existe nada igual, em momento difícil como este que atravessa a cafeicultura. No Plano Trienal, hoje, prevê-se o financiamento de adubos de 500 cruzeiros; 600, para o próximo ano, e 700 para o terceiro ano. Esse Plano conta com 4,3 milhões de cruzeiros. Dizia-me o Sr. Governador que não conhece nenhum plano setorial dessa envergadura. Agora, a parte relativa ao Paraná, para ser posta em execução, através do Governo Federal, é que vamos acertar com o Sr. Secretário da Fazenda, da Agricultura e com o Presidente da CAFE DO PARANÁ.

Agora, com relação a Pitanga, é uma partezinha muito pequena do município, então, não significa que vamos plantar café em todo o Município de Pitanga, e mesmo dentro da área vermelha, poderá existir uma área — e tem muitas — que não serão financiadas.

Há o perigo da generalização: planta-se café em Cascavel, mas na cidade não dá café, tem pinheiros. Não é na cidade de Cascavel, é apenas numa parte, e parte muito pequena do município de Cascavel. O município é grande, mas só pega uma parte, que está abaixo de 600 metros.

Isso é que precisa ser bem focalizado. Não é toda a área que foi liberada, é apenas uma área pequena e dentro dessa área ainda há restrições.

Caso não haja mais perguntas, devido a escassez do tempo, queria dizer da satisfação do IBC por ter assinado uma série de convênios com a Secretaria de Agricultura, que vêm possibilitar cada vez mais a luta, não só com relação à própria ferrugem do café, como também a própria cafeicultura de modo geral. Para nós, hoje, a ferrugem é uma doença séria, mas é mais uma doença que temos que tratar na cafeicultura, porque ela é um todo e ela é, evidentemente, uma parte bastante importante.

Foi feito um convênio de assistência técnica, em que o Secretário de Agricultura terá a assessoria de cinco técnicos que trabalham em café, que manterão esse diálogo cada vez mais próximo, dado o grande estreitamento em que temos que trabalhar com a Secretaria de Agricultura.

Um outro convênio, de 500 mil cruzeiros, para a própria Secretaria de Agricultura, no sentido de melhorar as fazendas experimentais de Engenheiro Beltrão, Cambará e Palotina, já criando, assim, uma infra-estrutura, para quando começar a funcionar o Instituto Agrônomico do Paraná para que essas fazendas experimentais se integrem a essa rede, com pesquisas regionais. Nada mais importante hoje, do que essas pesquisas regionais na cafeicultura.

E mais ainda, um convênio para reaparelhamento do Fundo Agro-pecuario, de 350 mil, exatamente no sentido de criar condições para um melhor trabalho desse órgão da Secretaria, o qual, pela sua essência e pelo trabalho que tem feito com relação à broca, à mistura do BHC, que vende a preços mais baratos no mercado, com a finalidade muito importante de estabilizar o preço no mercado, para que não se avilte esse preço, quando a Secretaria pode entrar como mediadora.

Esse elenco de medidas, mais aquelas que debateremos daqui a pouco com S. Exa. o Sr. Secretário de Agricultura, com o Sr. Secretário da Fazenda e Presidente da CAFE DO PARANÁ, temos ciência de que estamos dando à cafeicultura do Paraná aquela atenção que ele merece.

Mas, permitam-me, antes de terminar, formalizar um apelo aos srs. que de diversas formas representam as regiões cafeeiras do Paraná. Temos uma luta séria, uma luta que não é só do Executivo, mas é de todos. Sendo de todos, é bastante dos srs. que representam muitos. Os srs. representam os cafeicultores e aqui desta Tribuna é que se fazem ouvir todas as vozes.

Quero colocar-me à disposição dos srs. Este momento, sinto que foi muito pouco, para poder conversar sobre tudo aquilo que gostaria de dizer aos srs. com relação à ferrugem, ao plano trienal em execução. Mas aceitarei, de bom grado, Sr. Presidente, em qualquer momento, convite para vir aqui a esta Assembléia, debater com os srs. os problemas que desejarem. Mas faço aquele apelo: transmitam aos srs. cafeicultores, que existe um Governo, não é só o governo federal, mas é o governo estadual, é o municipal, que está trabalhando. Londrina, por exemplo, hoje tem uma fazenda, onde está plantando uma variedade, para depois fornecer aos seus municípios; são milhões de mudas de café, para vender aos seus municípios. E é esse trabalho, esse engajamento, que o Governo precisa dos senhores, do seu trabalho, de suas reuniões.

Os senhores que fazem reuniões e agora cada vez mais, transmitem a confiança do Governo no plano trienal que aí está e pegam-lhes cada vez mais se achem aos órgãos técnicos, porque sem técnica, não se fará mais café daqui para frente.

Infelizmente, passou aquela facilidade de se deter café ao longe, de comandar café de mil quilômetros de distância. Não, não é possível mais.

A nossa estrutura fundiária também é diferente daquela de antigamente. Hoje predominam os pequenos cafeicultores e é a eles que devemos dar todo este apoio. Sabemos que inclusive com relação ao grau de escolaridade, ser-lhes-á difícil assenhorearem-se de todos os ensinamentos.

Entretanto, através do nosso Serviço de Assistência à Cafeicultura, vão sendo feitos vários cursos de treinamento para que cada um desses treinados possa, em torno de si, fornecer a seus vizinhos a técnica que aprender. Sabemos que, às vezes, muito mais vale a palavra dos Srs. Deputados, ou de um líder que a própria técnica.

É verdade que hoje já, dado ao trabalho exaustivo de nossos colegas, a técnica está sendo bastante aceita. Mas, se for junto com a palavra de Vv. Exas., não tenham dúvida, que a facilidade será melhor.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem). Dr. José Maria Jorge Sebastião, não pretendo formular nenhuma pergunta à V. Exa., mas quero, em nome da Bancada da ARENA, com assento nesta Casa, congratular-me com V. Exa. pela explanação que fez, na tarde de hoje, e dizer que não me surpreendeu, pois tive oportunidade, quando participamos de um encontro no Palácio do Governo, no início das medidas que se estudavam para combater a ferrugem que começava em nosso Estado, pude sentir a alta capacidade e espírito público na maneira como V. Exa. tratava e trata dos problemas da cafeicultura do Brasil.

De modo que receba, neste instante, em nome da Bancada da ARENA as melhores congratulações, extensivas ao Sr. Secretário da Agricultura que nos honra com sua presença neste momento.

Neste dia de festa para o Paraná, quando num conjunto de esforços do Governo do Estado, da Secretaria da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Café e também desta Casa, conseguimos a criação do Instituto Agrônomico de Londrina, só nos resta, nesta hora, nos parabenizarmos com as autoridades federais do País diante desta nova filosofia que se inaugura no Brasil, em que os homens públicos que detêm determinado comando vêm prestar esclarecimentos tão importantes e inestimáveis como este que V. Exa. faz neste instante. Nossas congratulações ao Governo do Estado e ao Presidente da República. Há pouco tempo era difícil que um homem que tivesse em suas mãos um determinado posto de comando viesse prestar esclarecimentos. Hoje sentimos que isto se torna rotina na administração não só do País como do Estado. Homens como V. Exa., técnicos do mais alto gabarito vêm prestar esclarecimentos tão necessários e tão importantes para o Estado do Paraná, que é o maior produtor de café do País.

Em meu nome pessoal e em nome da minha Bancada as nossas congratulações e a certeza de que seus esclarecimentos serão de grande valia para os Srs. Deputados que são, em última análise, os porta-vozes do povo.

O SR. JOSÉ MARIA JORGE SEBASTIÃO — Eu é que agradeço as suas palavras carinhosas porque representa aqui o Partido do Governo. Estamos abertos a todos, à ARENA e ao MDB. O que interessa é a cafeicultura, porque a cafeicultura não tem partido e a técnica não tem fronteiras.

Atendi e atenderemos com todo o prazer aos Srs. Deputados desta Casa Legislativa para tudo que se fizer necessário. Esta é uma linha de trabalho, é uma filosofia de ação que o Governo tem implantado.

Não fazem dez dias o Presidente do IBC esteve por cinco horas na Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura e Política Rural, discutindo francamente com os Srs. Deputados os problemas da cafeicultura, e tivemos a felicidade de, naquele momento, três Deputados Federais pelo Paraná levantarem-se e falarem sobre o trabalho que vem sendo realizado aqui no Paraná, em relação à cafeicultura. Tivemos também oportunidade, no ano passado, de prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados, naquela mesma Câmara, quando estava assim no auge, principalmente em São Paulo, o problema da ferrugem. Então acho que nós temos que ouvir e os Senhores são os melhores porta-vozes porque estão em contato com a maioria dos cafeicultores.

De modo que, Sr. Presidente, ao encerrar esta nossa participação, sinto apenas que o tempo foi pouco, mas coloco-me à disposição para quando os Senhores desejarem.

Quero fazer apenas uma referência aqui, com relação ao título que me deram hoje — Presidente interino do IBC. Felizmente o nosso Presidente está aí no Brasil, hoje, comandando. Da outra vez que eu vim ao Paraná, aí sim vim representando o Presidente, porque S. S. estava labutando no exterior, inclusive com o nosso Diretor de Comercialização, Carlos Viacava, nisto que a política brasileira já sentiu, esta alta que os Senhores sentiram, que os lavradores estão usufruindo, quer dizer, estão recebendo mais recursos pelo seu café produzido, e com grande justiça há um grande trabalho atrás disso. E às vezes não se sente isso, reuniões de produtores, exaustivas; ainda hoje o Diretor de Comercialização está em El Salvador que é um dos países que pela sua própria estrutura não está em condições de participar destes grupos de produtores, hoje S. S. está lá determinando medidas para que esta união seja cada vez mais forte e representa aquilo que nós todos desejamos, quer dizer, mais recursos para a cafeicultura quer para o Governo quer para o cafeicultor. É tudo isto que almejamos.

Então quero fazer um destaque aqui deste trabalho dos nossos colegas de Diretoria, que talvez no momento não esteja em baila porque aqui é o Estado da produção, mas a comercialização tem sempre grande sentido, e eles estão lá fora, labutando por isto, mas, hoje estou aqui apenas, como Diretor de Produção e não queria esquecer da participação de meus colegas de Diretoria, no trabalho que vêm desempenhando, pois o resultado está aí, isto é trabalho deles.

Agradeço, Sr. Presidente, a participação e a felicidade que me foi dada de poder comunicar-me com os Senhores.

Muito obrigado. (Palmas). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência agradece esta visita que fez à Assembléia Legislativa, o sr. José Maria Jorge Sebastião, Diretor de Produção do Instituto Brasileiro de Café, que mercê de sua inteligência e de sua capacidade está perfeitamente identificado com o problema; queremos inclusive, nos parabenizar com o Governo Federal, por ter escolhido o sr. José Maria, agrônomo, uma consciência agrônoma perfeita, identificado realmente com o problema da nossa cafeicultura, para o cargo de Diretor de Produção do IBC.

Sabemos, sr. José Maria, que V. Exa. juntamente com os demais Diretores do IBC irão continuar nessa luta para que o nosso principal produto, — o café — este rico caudaloso que ainda continua a desaguar divisas para a Nação, dando condições não só ao Estado do Paraná mas a toda a Nação brasileira, continue esta marcha avassaladora para o progresso.

Reitero portanto os nossos agradecimentos, em nosso nome e em nome de todos os Srs. Deputados, pela presença valiosa de V. Exa., nesta Casa, e solicito da mesma Comissão anteriormente formada, para que acompanhe o sr. José Maria, na sua saída desta Casa.

Agradecemos também a presença do Sr. Secretário da Agricultura, dr. Roulien Basaglia, do Presidente da CAFE DO PARANÁ, e também do Presidente da Federação da Agricultura, dr. Paulo Patriani, como às demais autoridades que aqui se encontram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 74-70 — 92-70 — 195-70 — 199-70 — 214-70 — 235-71 — 69-71 — 123-71 — 145-71 — 220-71 — 224-71 — 6-72 — 13-72 — 44-72 — 42-72 — 49-72 — 60-72 — 72-72 — 83-72 e dos Projetos de Resolução nrs. 10-72 — 11-72.

Levanta-se a Sessão.